

Gestão escolar e democracia

Afixado por luisbraga - 15/06/06 17:06

Mandatos e limites de democraticidade também nas escolas

A gestão escolar está no fulcro das discussões sobre o ensino. Fala-se bastante dos resultados. Os estudos PISA voltaram a pôr-nos abaixo dos vigésimos. Mas fala-se pouco dos métodos e do preexistente a eles, a configuração da gestão do sistema, especialmente no interior das escolas. No Público foi publicado um texto de leitor, corajoso, sobre isso. Um texto que deita sal grosso na ferida do tema que recheia parte importante dos discursos sobre gestão das escolas: a sua democraticidade. Falava-se das fragilidades das Assembleias de Escola, que deveriam ser os sumos órgãos dessa democracia de base comunitária e não o contrário.

O discurso sobre democracia nas escolas está ainda muito marcado pela História. Aliás, todo o nosso modelo de organização do sector público, e mesmo alguns aspectos a ele externos, estão marcados pelos restos dos 48 anos de salazarismo. Por muito que nos custe a aceitar, o salazarismo deixou a sua marca no país e que persiste, mesmo 31 anos depois do 25 de Abril. A marca está, em coisas simples e de consciência leve, desde o nome de organismos públicos (veja-se a ex-ADSE dos professores do Estado), a disposição das salas de tribunal, passando pela forma de escrever alguns requerimentos ou até, espantem-se, pelas Marchas Populares, tradição inventada na década de 30 e que caiu nas boas graças da Democracia, que nem lhes dá pela origem. E para aqueles que lerem estas linhas e fizerem cara de nojo e gesticularem horrorizados perante uma afirmação cripto-fascista, reitero que longe de mim ser tal coisa. Mas nos meus pouco mais de 30 anos tenho consciência histórica suficiente para não acreditar que, em 31 anos, um caldo de cultura de 48, e mais alguns séculos anteriores sem democracia, de repente se desvanecesse num regime de efectiva e irrestrita democraticidade. A Inglaterra anda nisto desde finais do século XVII e ainda há quem duvide ocasionalmente da democraticidade de alguns métodos!

Democracia não é só voto

Como todos os processos repentinos, a nossa democracia sofreu como um bebé que começa a respirar e sorve com dor o primeiro ar (sem incubadora, como diria o outro, que tanto protestou pelo uso sensato da dissolução, um dos limites ao peso ilimitado do voto). Infelizmente, da Democracia, ficou mais vinculada a ideia da legitimidade pelo voto, do que a da representação da diversidade. O que só prova a decisão acertada que foi, a dos nossos Constituintes, terem escolhido para a forma dos órgãos o método proporcional e não o maioritário. Tivéssemos um sistema eleitoral à maneira dos britânicos (maioritário), e não teríamos tanta alternância para recordar nos 30 anos que passaram. Isso, e a nossa doentia mania da estabilidade (herdada talvez da memória da estabilidade salazarista), e provavelmente teríamos para contar histórias à moda do México em que, durante décadas, governou sem interrupção um partido com o caricato nome de Partido Revolucionário Institucional. E com eleições! Questionáveis, mas eleições! Por isso é que engenharias políticas como as que se propõem para as vereações municipais e os círculos uninominais sem ponderação de proporcionalidade (os quais ninguém, felizmente, propôs) precisam de ser bem estudadas.

O salazarismo está presente no despudor de alguns autarcas que alegam a falta de democraticidade da limitação de mandatos, os seus, que, ou superam, ou já se aproximam, do tempo de governo do próprio Salazar ou de Franco ou de Mussolini ou de Estaline ou de Fidel, só para citar com variedade alguns dos mais notórios acumuladores de mandatos. Esta comparação é última poder ser mais uma afronta a merecer desagravo e honra dos autarcas. Mas quem defende a Democracia daqueles que a insultam, dizendo que tudo se resume a votar e eleger e não pode haver limites a isso? Os Constituintes foram então anti-democratas ao limitar o mandato do Presidente da República? E não há nenhum autarca que venha defender os pobres funcionários dos municípios, impedidos de se candidatarem às suas câmaras e assembleias municipais de residência e de trabalho? Afinal se os autarcas ainda podem ter 3 mandatos, esses não podem ter nenhum. Por boas razões, mas assim se vê como os discursos inflamados de falta de democraticidade param no próprio umbigo, ainda para mais de uma barriga cheia de mandatos.

Gestores escolares: entre o Presidente de Junta e o Querido Lã-der

Mas os que leram estes parágrafos dirão: mas que tem isto a ver com escolas? Já lá chegamos pela via da limitação dos mandatos. Um presidente de Junta, eleito numa freguesia de 200 habitantes ou menos, nenhum funcionário e uns trocos de orçamento, terá como limite 3 mandatos. Os Presidentes do Conselho Executivo de Escolas (ou agrupamentos como agora se diz) com dezenas de funcionários (muitas vezes contratados por eles e que neles podem votar), às vezes mais de uma centena de professores e centenas de alunos (com centenas de pais), o que faz deles o que dantes chamavam grandes influentes locais e com poder, podem ser reeleitos sem cessar e por um colégio eleitoral que, na prática, controlam ou porque lhes decidem aspectos essenciais da vida (carreira, faltas, dispensas, horários de trabalho, até a existência do próprio posto de trabalho, etc.) ou porque ninguém repara neles ou na sua dependência do voto.

E isto não encerra nenhum juízo sobre um caso concreto, que conheço vários, que se a limitação lhes chegasse, seria realmente uma pena. Mas havia reitores antes do 25 de Abril que eram pessoas estimáveis e respeitáveis, o sistema que era mau. Um limite destes, pensado em termos de igualdade, pode ter custos: as virtudes nos casos em que o limite faz falta, superam os custos.

Foi isto, por exemplo, que, em 1951, fez com que os americanos decidissem após 4 eleições do presidente Roosevelt,

vencedor de um guerra mundial e da maior crise econ3mica do s3culo, proibir com a 22ª Emenda mais de 2 mandatos para o seu Presidente, provavelmente o governante individual titular de mais poder em qualquer sistema de governo democr3tico no mundo.

Da fic3o das elei3es 3 dispensa delas

Quem est3 muito tempo com poder, sendo honesto e correcto, pode at3 construir formas de afectividade com os que representa e governa, que fa3am dele um l3-der querido. O problema n3o est3 a3-, mas nos que, de tanto l3 estarem, j3 exigem ser Querido l3-der 3 coreana ou desconfiam de quem n3o os veja assim. Ou que dizem n3s, quando realmente falam no eu. Nas escolas, e em todos os lados onde algu3m exer3a o poder sobre outro, o risco existe e uma Democracia tem de se defender desse risco: o risco da falta de diversidade e do equil3brio est3tico pela travagem 3 mudan3a a qual depende das pessoas e resulta delas.

A verdade 3 que na administra3o das escolas estas considera3es (como mostrava o texto sobre as assembleias de escola, mesmo sendo eleitas) tamb3m s3o de levar em conta. O horror 3 pol3tica, heran3a do salazarismo, faz com que isto n3o seja pensado e muitos, at3 professores, desvalorizam o peso que tem na sua vida a pessoa, m3todos, vis3es e perspectivas do gestor de uma escola. Os pais alheiam-se dessa escolha e o peso numa escola na comunidade faz com que as institui3es n3o olhem com neutralidade essa ac3o de gest3o. Mas a verdade 3 esta: quem tem mais poder e relev3ncia na vida de um cidad3o com filhos, o Presidente da Junta, ou a pessoa que fa3a a gest3o da escola que eles frequentam? Por isso, preocupa3es com limita3o de mandatos de Presidentes de Junta, que n3o podem fazer mal a uma mosca, t3o pobres algumas delas s3o, deviam coerentemente estender-se tamb3m aqui (e j3 agora a outros dom3nios da vida p3blica onde haja elei3es, dentro do sector p3blico). Ou ent3o, sabendo que muitos deles j3 s3o nomeados, por falta de interessados em submeter-se a elei3es e por falta de gente habilitada com os curios3ssimos cursos de gest3o escolar obrigat3rios para a candidatura, acabe-se com o teatro melodram3tico, quase fantochada, das elei3es de gestores escolares.

Por isso 3 defens3vel a exist3ncia de gestores nomeados de carreira, nomeados mas controlados pela sociedade de forma aberta e n3o pela leviana ideia de um voto inconsequente.

Sendo defensor da limita3o de mandatos, at3 por fortes raz3es de conhecimento da Hist3ria, reconhe3o que este acaba por ser um argumento para os autarcas que lutam contra ela: os gestores das escolas tamb3m deviam t3-la. Mas, para come3sar, n3o deviam ser eleitos. Deveriam ser mais sujeitos a controlo p3blico e comunit3rio, mesmo n3o o sendo, deixando at3 a possibilidade de serem destitu3dos e mudarem regularmente. Vale mais um m3todo com subst3ncia democr3tica sem voto que a apar3ncia formal do voto. Salazar tamb3m dizia que ia fazer 3elei3es t3o livres como na livre Inglaterra3. Lu3s Sottomaior Braga

Re:Gest3o escolar e democracia

Afixado por FranciscoSantos - 24/07/06 16:07

O Regime de Autonomia das Escolas/Agrupamentos, fixado pelo DL 115-A/98, n3o sendo um documento perfeito, cont3m um conjunto de ideias que poderiam ter conduzido a uma maior democraticidade na gest3o das escolas. Desde logo porque, apesar de ser de uma forma mitigada, propunha uma separa3o entre as fun3es de Administra3o (defini3o da Pol3tica Educativa/ Projecto Educativo) que passou a ser cometido a um novo 3rg3o - a Assembleia de Escola - e as fun3es de Gest3o (execu3o do Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades) fun3o da responsabilidade do Conselho Executivo/ Director Executivo.

No Regime de Autonomia (esp3rito e letra) os Conselhos Executivos /Directores Executivos passaram a ter que responder perante as Assembleias de Escola, nas quais passou a estar representada toda a Comunidade - Pais, Professores, Funcion3rios, Alunos, Autarquia, Actividades Culturais, Econ3micas e Desportivas.

Infelizmente, passados que est3o oito anos sobre a aprova3o e entrada em vigor deste novo regime de Administra3o e Gest3o das Escolas, o que se verifica 3 uma total subvers3o dos princ3pios enunciados. Ao longo destes oito anos pudemos assistir 3 forma como os servi3os regionais do ME, em colabora3o e conluio com os Conselhos Executivos, transformaram as Assembleias de Escolas/ Agrupamentos, em 3rg3os sem capacidade de interven3o, com fun3es meramente decorativas e de ratifica3o das medidas dos Conselhos Executivos que deviam fiscalizar, transformando estes 3rg3os executivos no 3ltimo elo da cadeia hier3rquica do centralismo do Minist3rio.

Nestas circunst3ncias, 3 f3cil perceber como se chegou ao ponto de um auto-intitulado Conselho dos Directores Regionais, se arrogar o direito de "seleccionar candidaturas para Comiss3es Executivas Provis3rias e Comiss3es Instaladoras", em concurso exterior 3s Escolas/ Agrupamentos nas quais n3o foi poss3vel constituir listas de candidatos aos 3rg3os de gest3o.

O primeiro passo para uma efectiva democratiza3o e descentraliza3o da Administra3o das Escolas/ Agrupamentos, passa pela necessidade de dignificar as Assembleias de Escola/ Agrupamento, alterando a sua composi3o por forma a impedir uma presen3a excessiva de docentes, promovendo uma representa3o e uma participa3o alargada das Associa3es de Pais e envolvendo as autarquias de uma forma mais efectiva nas decis3es deste 3rg3o.

No entanto, penso tratar-se de um passo que dificilmente ser3 dado, uma vez que a cultura excessivamente centralista

da administração portuguesa, de que a burocracia do ME é um dos melhores exemplos, não estar disposta a abrir mão de um poder que continua a garantir-lhe os privilégios que possui na hierarquia do ministério.

=====

Re: Gestão escolar e democracia

Afixado por Maria Rodrigues - 13/12/06 15:12

Em primeiro lugar é preciso por gestores nas escolas para assim acabarem com os compadrios, e não porem só os professores mais velhos nas melhores turmas e nos melhores horários.

Para termos uma melhor educação tem que se acabar com a corrupção nas escolas, pois é das escolas que devem partir os bons exemplos. Mas não é o que acontece. Há muita corrupção, daí que há desmotivação por parte de todos os educadores. E com esta desmotivação surge a desmotivação dos alunos o que conduz a um desmoronamento da instituição enquanto escola.

=====